

## **CAPÍTULO 2 - PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL (PPI)**

## SUMÁRIO

2.1 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E CONCEITO DE PPI.....	2
2.2 CONCEPÇÕES NORTEADORAS.....	6
2.2.1 Concepção de Educação.....	6
2.2.2 Concepção de Educação Profissional e Tecnológica.....	7
2.2.3 Concepção de Currículo.....	9
2.2.4 Concepção de Avaliação.....	10
2.3 ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.....	12
2.3.1 Caracterização do Ensino.....	13
2.3.2 Caracterização da Pesquisa.....	18
2.3.3 Caracterização da Extensão.....	23
2.3.4 Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão.....	27
2.3.5 Pressupostos Teóricos para Elaboração de Projetos Pedagógicos de Cursos.....	30
2.3.6 Formação de Formadores.....	32
2.4 ASSUNTOS ESTUDANTIS.....	33
2.4.1 Acesso.....	33
2.4.2 Permanência e Êxito.....	34
2.4.3 Pessoas com Deficiência.....	36
2.4.4 Egressos.....	39
2.5 GESTÃO.....	40
2.5.1 Concepções.....	40
2.5.2 Relevância.....	42
2.5.3 Princípios.....	44
2.5.4 Diretrizes.....	45
2.5.5 Políticas.....	47

## 2.1 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E CONCEITO DE PPI

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) define o ideal educativo do IFSC em termos de políticas de ensino, pesquisa, extensão e gestão. Trata-se de um instrumento político, filosófico e teórico-metodológico, norteador dos seus processos e práticas, fundamental à construção da identidade institucional e que expressa as suas intencionalidades transformadoras para os próximos anos.

Sua construção tem como referência a Constituição Federal de 1988, que trouxe avanços significativos para a educação, dentre eles, a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola e a gestão democrática (art. 206). Este documento também se referencia na Lei nº 9.394/1996, a qual versa sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que remete aos estabelecimentos de ensino a elaboração e execução de suas propostas pedagógicas (art. 12, inciso I) e que destaca a participação da comunidade escolar na elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino (art. 14).

Foi a Lei nº 9.394/1996 que introduziu a obrigatoriedade das instituições de ensino construírem seus projetos pedagógicos. O Decreto nº 5773/2006, revogado pelo Decreto nº 9.235/2017, trouxe a obrigatoriedade de as instituições de ensino superior construírem o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, contendo, nesse documento, o Projeto Pedagógico da Instituição – PPI.

Conforme estabelecido no artigo 2º da Lei nº 11.892/2008, os Institutos Federais “são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e *multicampi*, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino”, que passam a ter autonomia para criar e extinguir cursos na educação profissional.

Para o ensino profissional, a Lei nº 9.394/1996 pode ser considerada um marco, pela forma global como trata o tema e pela flexibilidade que confere ao sistema e aos alunos. Essa lei traz ao ensino profissional o conceito de aprendizagem permanente, e destaca a relação entre educação profissional e processos formativos integrados ao trabalho, à ciência, à tecnologia e às diferentes formas de educação. Também define que a educação profissional pode ocorrer para além da escolaridade formal e para além da escola (CHRISTOPHE, 2005).

A educação profissional, na Lei nº 9.394/1996, é apresentada em um capítulo à parte da

educação básica, “superando enfoques de assistencialismo e de preconceito social contidos nas primeiras legislações” sobre o tema. Propõe-se atuar de forma crítica e qualificada no âmbito social, tornando-se, dessa forma, “um mecanismo para favorecer a inclusão e a democratização dos bens sociais”.

Em 2004, novas medidas para a educação profissional foram apresentadas a partir da substituição do Decreto nº 2.208/1997, que estabelecia as diretrizes estruturais e curriculares da educação profissional, pelo Decreto nº 5.154/2004. O novo decreto confere mais flexibilidade à educação profissional, além de instituir outras providências importantes. O documento altera a estrutura da educação profissional, prevendo a seguinte organização:

- I - Qualificação profissional, inclusive formação inicial e continuada de trabalhadores;
- II - Educação profissional técnica de nível médio;
- III - Educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação.

Os cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores, de acordo com o Decreto nº 5.154/2004, Art. 3º, “poderão ser ofertados segundo itinerários formativos, objetivando o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social”. De acordo com o mesmo Decreto, Art. 3º, § 1º, “considera-se itinerário formativo o conjunto de etapas que compõem a organização da educação profissional em uma determinada área, possibilitando o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos”.

Há que se considerar também as leis e decretos que orientam as atividades educacionais do IFSC, tais como o Decreto nº 9.235/2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação na rede federal de ensino, o Decreto nº 5.840/2006, que institui o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja, a Portaria Interministerial nº 5/2014, que dispõe sobre a reorganização da Rede Nacional de Certificação Profissional – Rede CERTIFIC, a Resolução CEB 1 nº 04/2010 e o Parecer CEB nº 07/2010, que definem diretrizes curriculares nacionais gerais para a Educação Básica, a Resolução CEB nº 06/2012 e o Parecer CEB nº 11/2012, que definem as diretrizes para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, a Resolução CEB nº 02/2012 e o Parecer CEB nº 05/2011, que definem as diretrizes para o Ensino Médio.

---

1 CEB – Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação

Destacam-se, ainda, as diretrizes curriculares nacionais para a Educação Indígena (Resolução CNE2/CEB nº 5/2012), a Educação Quilombola (Resolução CNE/CEB nº 8/2012), a Educação em Direitos Humanos (Resolução CNE/CP nº 1/2012), a Educação Ambiental (Resolução CNE/CP nº 2/2012) e as diretrizes para a Extensão na Educação Superior (Resolução CNE/CES3 nº 7/2018).

Considerando esses documentos legais, não se pode esquecer que o IFSC é uma instituição social, comprometida com a educação profissional e tecnológica de jovens e adultos, em diferentes níveis, etapas e modalidades, numa perspectiva emancipadora e cidadã, sendo democrática quanto à gestão, pública quanto à destinação de recursos e funcionamento, e inclusiva quanto a sua ação educativa.

O grande desafio do IFSC está em garantir um padrão de qualidade no ensino profissional e tecnológico para todos, em consonância com os arranjos produtivos e manifestações sociais e culturais locais.

Para dar conta desse desafio, o projeto pedagógico é o elemento mais importante do PDI, à medida que organiza e consolida a programação das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão e é político porque remete ao compromisso social da instituição com a formação de profissionais cidadãos (MASETTO, 2012).

Em uma perspectiva emancipadora e democrática, o PPI precisa ser entendido como um instrumento teórico-metodológico que orienta as ações da instituição para a transformação da realidade. É um planejamento amplo, global, construído coletivamente e concretizado de forma processual, possibilitando a reflexão constante sobre o fazer e a sua reconstrução permanente (VASCONCELLOS, 2009).

A elaboração do PPI, em termos teóricos, orienta-se em quatro pressupostos: unicidade da teoria e prática; ação consciente e organizada da instituição; participação efetiva da comunidade acadêmica e reflexão coletiva; articulação da instituição e da comunidade externa (VEIGA, 2001).

Teoria e prática são inseparáveis na construção do PPI, pois não se pode separar o pensar e o agir. De um lado, a ação subsidia o pensamento para a construção de novas ideias e propostas diferenciadas de intervenções na realidade educacional, de outro, a teoria, representada por um

---

2 CNE – Conselho Nacional de Educação

3 CES – Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação

conjunto de ideias sistematizadas a partir da prática pedagógica, dá suporte e sustentação para a ação.

Desse modo, o PPI se constitui como ação consciente e organizada, um instrumento que visa a orientar os desafios, todas as práticas institucionais e suas consequências. O terceiro pressuposto para a elaboração do PPI é o envolvimento de todos na construção do projeto, por meio de uma reflexão coletiva. A participação coletiva precisa ser dinâmica, prática, comprometida e deve contemplar o diálogo. A construção conjunta precisa superar as relações competitivas e autoritárias, possibilitando a vivência democrática e a resolução das tensões de forma criativa.

O quarto pressuposto representa o desafio de incluir a comunidade nas discussões e na construção do PPI, questionando, participando, indicando caminhos, articulando a dimensão política e a dimensão social à ação pedagógica.

## **2.2 CONCEPÇÕES NORTEADORAS**

O Projeto Pedagógico Institucional do IFSC toma como ponto de partida o marco referencial teórico-metodológico elaborado e construído de forma coletiva pelos integrantes da comunidade escolar. As concepções norteadoras explicitadas neste documento constituirão os fundamentos básicos que orientarão a formulação de diretrizes, políticas e projetos da instituição, e atuarão como bases da unidade do IFSC em seu processo de planejamento, execução e avaliação dos planos de ensino, pesquisa e extensão.

### **2.2.1 Concepção de Educação**

Entende-se que a concepção de educação que fundamenta o trabalho no Instituto Federal de Santa Catarina é a concepção histórico-crítica, democrática e emancipadora, que entende a educação como prática social, “como um processo de humanização dos homens, [...] inserido no contexto de suas relações sociais” (LIBÂNEO, 2003, p. 68). Na história sobre as correntes pedagógicas, no Brasil, deve-se situar a pedagogia histórico-crítica<sup>4</sup> na perspectiva de contraposição

<sup>4</sup> A pedagogia histórico-crítica surge como corrente educacional em 1979, quando o problema de abordar dialeticamente a educação começou a ser discutido mais ampla e coletivamente. Naquele momento, procurava-se superar tanto as teorias crítico-reprodutivistas, presentes no

às teorias educacionais fundamentadas na filosofia pragmática, assim como de superação àquelas teorias que compreendem a escola como aparelho reproduzidor das desigualdades mais amplas da sociedade. A pedagogia histórico-crítica, com ideias de transformação da sociedade<sup>5</sup>, fundamenta-se nos pressupostos filosóficos do materialismo histórico, utilizando a dialética histórica<sup>6</sup> como abordagem metodológica para elaboração do conhecimento e a teoria histórico-cultural<sup>7</sup> como explicação sobre o processo de ensino-aprendizagem.

A educação é um fenômeno social, "portanto, a cultura e os sujeitos são determinados por condições sociais e políticas" (LIBÂNEO, 2003, p. 68). Essa ideia de educação como fenômeno social norteará as relações estabelecidas pelos sujeitos da comunidade acadêmica em todos os espaços escolares.

Diante da concepção apresentada, o IFSC, uma instituição pública imbuída de sua função social, contribui com as transformações, atuando criticamente para reconstruir as representações que os sujeitos têm da realidade, de modo a promover uma mudança de postura e de prática diante da sociedade, da ciência e da tecnologia. Nessa perspectiva, a educação é um espaço fundamental para a formação integral do cidadão, sujeito consciente com visão crítica. Mobilizar-se nessa direção significa defender, nas práticas cotidianas, os valores institucionais.

Como instituição educacional, o IFSC deve propiciar aos alunos meios para o exercício de cidadania responsável, capacitação para o trabalho, socialização do conhecimento e da tecnologia, colocando-os a serviço da construção de uma sociedade mais ética, justa e igualitária. Nesse sentido, o IFSC preserva e fortalece sua condição de instituição pública, gratuita, inclusiva, democrática, com oferta de educação de qualidade.

---

pensamento de Althusser, Bourdieu e Passeron e Baudelot e Establet (teoria da escola como violência simbólica, como aparelho ideológico de Estado, e teoria da escola dualista), quanto as teorias não críticas (pedagogia tradicional, pedagogia nova e pedagogia tecnicista). Saviani traduz com a expressão "pedagogia histórico-crítica" o empenho em compreender a questão educacional com base no desenvolvimento histórico objetivo (Ramos, 2010, p. 225-226).

5 De acordo com Ramos (2010, p. 120), "os defensores da proposta desejam a transformação da sociedade".

6 Segundo Saviani (2011, p. 120), ao tratar sobre as bases teóricas da pedagogia histórico-crítica, diz que a dialética histórica expressa no materialismo histórico "trata-se da concepção que procura compreender e explicar o todo desse processo, abrangendo desde a forma como são produzidas as relações sociais e suas condições de existência até a inserção da educação nesse processo".

7 Sobre a teoria histórico-cultural, elaborada por Vygotsky, as funções psicológicas superiores são essencialmente humanas, originárias da interação homem-mundo-cultura, interação essa mediada por instrumentos e signos criados ao longo da história sociocultural da humanidade. Portanto, as funções psicológicas superiores terão sua dinâmica e formação e transformação assentadas na sociedade e na cultura. Nessa direção, as funções psicológicas são formadas a partir de um relacionamento entre os fatores biológicos e culturais, portanto são formadas na e pela história social dos homens (SCALCON, 2002). Cabe aqui ressaltar que os termos "homem" e "homens" devam ser ponderados com referência nos estudos sobre a colonialidade do poder (WALSH, 2012).

### 2.2.2 Concepção de Educação Profissional e Tecnológica

A proposta de educação profissional e tecnológica do IFSC sustenta-se em uma concepção de educação integral do sujeito, cujo caráter é de totalidade, possibilitando a manifestação das individualidades, sem limitar-se apenas ao trabalho manual ou intelectual da atividade produtiva (SILVEIRA, 2007). Entende-se que o trabalho como princípio educativo geral “se encaminha na direção da superação entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre instrução profissional e instrução geral” (SAVIANI, 1989, p. 13), sem separar o conhecimento teórico do conhecimento prático, voltando-se para a formação do homem integral.

O que distingue a Educação Profissional das outras modalidades educacionais, conferindo-lhe papel primordial no desenvolvimento humano e social de um país, é a formação para o trabalho. O ser humano produz sua existência, em todos os sentidos, por meio do trabalho, de modo que este se tornou princípio educativo e motor da transformação individual, social e cultural.

A Educação Tecnológica, em sua essência, compartilha do mesmo pressuposto, na medida que possa ser definida como a Ciência da Técnica (VIEIRA PINTO, 2005), não se limitando, portanto, aos produtos tecnológicos, mas sim aos princípios e processos de intervenção qualificada sobre a natureza e a cultura para a produção da existência humana. Desse modo, trata-se de uma ciência humana (HAUDRICOURT, 1985), cujo objeto de estudos é a atividade consciente do indivíduo sobre a realidade e sua transformação.

Assim, a Educação Profissional e Tecnológica trata de formar os sujeitos para uma intervenção crítica, inventiva e qualificada no mundo, considerando as dimensões identitárias, culturais, sociais, éticas, estéticas e econômicas do trabalho.

Os principais documentos de referência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica remetem ao tema da construção de saberes integrados à formação profissional, à construção da cidadania e aos cuidados com o meio ambiente.

A concepção de Educação Profissional e Tecnológica orienta os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e desenvolvimento da capacidade de investigação científica. Essas são dimensões essenciais à construção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão.



Na educação profissional, pretende-se que o conhecimento e o potencial investigativo e transformador sirvam para realizar o trabalho educativo de forma a superar a fragmentariedade, explicitando os nexos entre ciência, tecnologia e sociedade. O trabalho educativo implica o domínio de um conjunto de conhecimentos, o domínio metodológico e técnico, assim como o desenvolvimento de recursos afetivo-cognitivos, para que os sujeitos envolvidos conheçam, com o devido rigor, cientificidade e criticidade, as dimensões técnicas do exercício profissional e as condições histórico-sociais nas quais esse exercício ocorre.

Na educação profissional, entende-se que a prática, o exercício de saberes e o aprimoramento dos valores devem orientar o trabalho dos educadores. A educação profissional é, em primeiro lugar, educação, construção do sujeito no seu contexto histórico-social, mas também é profissional, construção de um cidadão-trabalhador, consciente de seus deveres e direitos, capaz de intervir na sociedade. O contexto histórico-social é dinâmico, assim como são dinâmicas as técnicas. A educação exige o desenvolvimento da capacidade de aprender e criar na busca de soluções para os problemas técnicos e socioeconômicos do seu tempo.

### **2.2.3 Concepção de Currículo**

Conforme a Resolução CNE/CEB nº 06/2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Técnica de Nível Médio, o currículo apresenta caráter político-pedagógico e é um instrumento de compreensão do mundo, de transformação social, que viabiliza o processo ensino-aprendizagem. Deve ser abrangente, dinâmico, apresentando o conjunto de intenções e ações que serão desenvolvidas. De acordo com Masetto (2012, p.77), o currículo é “um conjunto de conhecimentos, saberes, [...], experiências, vivências e valores que os alunos precisam adquirir e desenvolver, de maneira integrada e explícita, mediante práticas e atividades de ensino e de situações de aprendizagem”.

Em conformidade com o princípio de inclusão, o IFSC fez a escolha por um currículo inclusivo, que explicita e acolhe as diferenças, garantindo a todos o seu lugar e a valorização de suas especificidades. O IFSC também se preocupa com a organização do tempo e do espaço escolar, de forma a garantir o ingresso e a permanência do aluno na instituição e o acesso ao conhecimento.

Além disso, busca conhecer o processo de desenvolvimento do aluno e as características dos diferentes perfis e faixas etárias, por diferentes abordagens metodológicas, a fim de conseguir êxito no trabalho desenvolvido.

Para tanto, o currículo deverá ser atualizado, contextualizado e significativo, voltado para a realidade. Deverá favorecer a formação de um sujeito crítico, criativo, que pesquisa e participa ativamente da construção do seu conhecimento.

Em consonância com os objetivos de inclusão e emancipação dos sujeitos, busca-se construir um currículo interdisciplinar, que atenda ao desenvolvimento dos conhecimentos traçados a partir de situações concretas das diferentes áreas profissionais. Assim, pretende-se promover a socialização dos saberes, superar a fragmentação entre as diferentes áreas do conhecimento e perceber o aluno como uma totalidade.

Essa opção vai propiciar uma ação pedagógica em que se efetiva a apropriação e socialização do conhecimento e a relação entre aprendizagem e desenvolvimento por todos da comunidade escolar: servidores, alunos, pais/responsáveis.

O professor, nessa perspectiva de currículo, é compreendido como mediador, articulador do processo de ensino-aprendizagem, visando à construção do sujeito histórico, social e afetivo. O conteúdo é trabalhado a partir de uma ação pedagógica na qual as unidades curriculares não apenas somam esforços, mas trabalham para a construção de conceitos, de forma que o conteúdo exista como meio e não como fim. Isso possibilitará ao aluno a apropriação dos avanços tecnológicos, a acumulação, a recriação e criação de novos conhecimentos.

#### **2.2.4 Concepção de Avaliação**

Avaliar é sempre uma reflexão e implica tomar decisões sobre aspectos da realidade. “Avalia-se para diagnosticar avanços e entraves, para intervir, agir, problematizando, interferindo e redefinindo os rumos e caminhos a serem percorridos” (LOCH, 2003, p. 134).

A avaliação apresenta, segundo Haydt (2008), três modalidades: diagnóstica, formativa e somativa.

A avaliação diagnóstica tem por objetivo obter informações sobre os conhecimentos

prévios dos alunos, seus gostos, interesses, atitudes. Geralmente é usada no início de um conteúdo novo, de um período letivo ou de um projeto. Sobre a avaliação diagnóstica, Sanmartí (2009, p. 31) declara que

tem como objetivo fundamental analisar a situação de cada aluno antes de iniciar um determinado processo de ensino-aprendizagem, para tomar consciência (professores e alunos) dos pontos de partida, e assim poder adaptar tal processo às necessidades detectadas. Em consequência, as atividades iniciais de todo processo de ensino deveriam ter, entre outras coisas, um componente de avaliação inicial.

A avaliação formativa tem como principal objetivo acompanhar o processo de ensino e aprendizagem. Por meio dela, o professor enfatiza os resultados da aprendizagem e estabelece um comparativo entre os diferentes resultados obtidos pelo mesmo aluno. Sanmartí (2009, p. 33) afirma que

a avaliação mais importante para os resultados de aprendizagem é a realizada ao longo do processo de aprendizagem. A qualidade de um processo de ensino depende, em boa parte, de se conseguir ajudar os alunos a superarem os obstáculos em espaços de tempo pequenos no momento em que são detectados. Além disso, o fundamental para aprender é que o próprio aluno seja capaz de detectar suas dificuldades, compreendê-las e autorregulá-las.

A avaliação formativa é, assim, “uma importante fonte de informações para o atendimento às diferenças culturais, sociais, psicológicas dos educandos, o que se torna grande conquista na luta contra as desigualdades e o fracasso escolar” (PERRENOUD, 1999, p. 28).

A avaliação somativa tem por objetivo realizar um diagnóstico do aluno no final de um período, seja no final de uma unidade curricular, de um bimestre ou de um ano letivo. O principal aspecto enfatizado nesse tipo de avaliação é o resultado da aprendizagem baseada em objetivos. Ela consiste em identificar os alunos de acordo com o nível de aproveitamento previamente estabelecido, geralmente tendo em vista sua promoção de uma série para outra ou de um grau para outro.

Assim, a avaliação é um processo e pode indicar avanços e dificuldades na ação educativa, devendo remeter o professor a uma reflexão sobre sua prática. É necessário que as metodologias de sala de aula trabalhem com a diversidade, considerando as diferenças sociais, linguísticas e culturais dos alunos. A avaliação não deve ser um instrumento de classificação, seleção e exclusão social,

mas de construção coletiva dos sujeitos e de uma escola de qualidade.

Avaliar pressupõe a análise dos processos de ensino e de aprendizagem, localizando dificuldades e necessidades formativas, redirecionando as práticas para o aprendizado e desenvolvimento do aluno. Vale ressaltar que a aprendizagem não se dá de forma única, linear e restrita ao tempo e espaço em sala de aula. Sendo assim, é imprescindível propor novas estratégias e metodologias de ensino que contemplem as múltiplas formas de aprendizagem nos diversos espaços educativos.

A intencionalidade avaliativa pode se traduzir na prática com a metodologia participativa em sala de aula, pela qual se faz a recuperação da aprendizagem no próprio ato do ensino. “Quando se pede ao aluno que exponha seu ponto de vista, argumente a favor ou contra uma ideia, produza um texto, participe da elaboração de um projeto, proponha soluções para um problema, está-se acentuando a importância da reflexão, do pensamento autônomo, da participação, da criação” (ANDRÉ; PASSOS, 2000, p. 177). Portanto, se o aluno participa e dialoga, já é possível perceber ali mesmo se ele está ou não entendendo. O trabalho de recuperação do aprendizado pode, então, dar-se de maneira concomitante ao ensino.

Por outro lado, a avaliação não pode ser unilateral. “A avaliação não é um ato pelo qual A avalia B. É o ato por meio do qual A e B avaliam juntos uma prática, seu desenvolvimento, os obstáculos encontrados ou os erros e equívocos por ventura cometidos. Daí seu caráter dialógico. Nesse sentido, em lugar de ser instrumento de fiscalização, a avaliação é a problematização da própria ação” (FREIRE, 1982, p. 26). Portanto, o processo de avaliação deve auxiliar educadores e educandos na caminhada de crescimento e a escola na sua tarefa de responsabilidade social, dando seu testemunho sobre a qualidade da formação técnica e política do educando.

### **2.3 ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**

O Instituto Federal é uma instituição de educação, ciência e tecnologia, pública e gratuita e deve assumir sua função social, considerando o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Suas ações são voltadas à socialização de saberes teóricos e práticos, visando ao desenvolvimento das potencialidades dos alunos para que se constituam cidadãos participativos e

corresponsáveis nos processos de transformação da sociedade.

A interação dos servidores do IFSC com a comunidade é importante para identificar quais as suas necessidades de ordem cultural, esportiva, tecnológica, social, educacional, política e econômica, de tal maneira que as portas da instituição estejam abertas para atender a todos os cidadãos que dela decidirem compartilhar.

Sendo o trabalho o princípio educativo da Educação Profissional e Tecnológica - EPT, a relação ensino, pesquisa e extensão deve considerá-lo como fio condutor e o mundo do trabalho, em sentido amplo, como espaço privilegiado para o desenvolvimento da aprendizagem, da inovação e da transformação social.

Assim, partindo do trabalho como agente de transformação social e como base da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão (EPE), estimula-se uma ação educativa mais autêntica, significativa, em diálogo com as comunidades, suas potencialidades, seus desafios, em direção a uma maior inserção profissional do egresso, valorização das profissões e da Educação Profissional e Tecnológica.

A educação baseia-se na relação entre estas três áreas: ensino, pesquisa e extensão. No ensino, inter-relacionam-se os diferentes saberes, na pesquisa eleva-se o conhecimento a novos patamares do saber e, na extensão, compartilham-se conhecimentos com a sociedade, contribuindo dessa forma para o cumprimento da missão institucional.

A seguir, o ensino, a pesquisa e a extensão serão abordados separadamente para, então, serem explicados de forma associada pelo aspecto da indissociabilidade entre eles.

### **2.3.1 Caracterização do Ensino**

O ensino é o processo de apropriação de conhecimentos produzidos socialmente e preservados historicamente, indispensáveis para resolução dos problemas detectados na prática social (RAMOS, 2010). Essa caracterização do ensino constitui uma referência para o método de ensino dialético, servindo também como princípio para elaboração de novos conhecimentos. Vale destacar que o método de ensino não se confunde com o método científico, apesar de considerar as contribuições que o primeiro traz para compreensão do segundo. O ensino tem, portanto, caráter

reflexivo, implica o desejo de compreender o mundo e dele se apropriar, a partir das atividades humanas, ou seja, a partir das interações que os sujeitos realizam entre si e com a natureza.

Nesse processo, estão envolvidos sujeitos que ensinam e que aprendem. As ações e os meios de efetivação do ensino devem partir da prática social, comum a educadores e educandos, considerando as dimensões fundamentais da vida, o trabalho, a ciência e a cultura (RAMOS, 2010). Dessa forma, pretende-se que o ensino seja transformador e democrático, garantindo o respeito às individualidades.

O ensino deve ser pautado na interação, no diálogo e na mediação entre professor e aluno, possibilitando uma participação ativa de ambos no processo. O ensino deve ser significativo, ou seja, partir do conhecimento de mundo que o aluno traz para depois problematizá-lo, apresentando conhecimentos já sistematizados e historicamente construídos, provocando a reflexão e a crítica para se construir uma síntese e, então, produzir novos saberes.

A diversidade das condições de aprendizagem é uma realidade que não pode ser negada. Ao levar em conta a realidade do aluno, é preciso favorecer a transformação para outra realidade, que represente igualdade de condições de acesso ao conhecimento e satisfação das necessidades do ser humano. Essas necessidades servem como referência para a compreensão da ciência, da tecnologia e da educação como atividades que precisam ser elaboradas em favor do desenvolvimento humano.

Os Institutos Federais têm como finalidade ofertar todas as modalidades de ensino, inclusive a Educação a Distância - EaD. O que caracteriza a EaD é o fato da mediação do processo de ensino-aprendizagem se dar por meio de tecnologias de informação e comunicação, incluindo equipe multidisciplinar qualificada, formas inclusivas de acesso, interação e instrumentos avaliativos significativos para a formação dos sujeitos.

O Instituto Federal de Santa Catarina já tem experiência significativa e consolidada nessa modalidade, sendo necessário fortalecer e ampliar suas ofertas a distância, incluindo atividades a distância nos cursos presenciais. É imperativo desenvolver esta modalidade, uma vez que ela permite: democratizar o acesso à Educação Profissional e Tecnológica, promovendo a autonomia e aprendizagem dos estudantes; flexibilizar os tempos e lugares de formação; integrar as ofertas e seus partícipes; incorporar tecnologias educacionais no processo de ensinar e aprender.

Tomando por base os preceitos legais que definem a instituição como sendo pública e

gratuita, as ações educacionais do IFSC sustentam-se nos seguintes princípios:

1. respeito à liberdade e apreço à tolerância;
2. reconhecimento e respeito aos sujeitos e suas diversidades, considerando, entre outras, as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, as pessoas em regime de acolhimento ou internação, bem como aquelas em regime de privação de liberdade, as identidades de gênero, étnico-raciais, povos indígenas, quilombolas e populações do campo;
3. inclusão, respeitando a pluralidade da sociedade humana;
4. respeito à natureza e busca do equilíbrio ambiental na perspectiva da sustentabilidade;
5. diálogo no processo de ensino-aprendizagem;
6. liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte, o esporte e o saber;
7. valorização das experiências dos discentes em termos teórico-práticos, metodológicos, tecnológicos, culturais e de cidadania;
8. indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos da aprendizagem;
9. superação da dicotomia entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem;
10. trabalho assumido como princípio educativo, tendo sua integração com a ciência, a tecnologia e a cultura;
11. interdisciplinaridade como práxis<sup>8</sup> pedagógica visando à superação da fragmentação de conhecimentos e da segmentação da organização curricular, principalmente entre os pares formação geral ou propedêutica/formação técnica;
12. reconhecimento e valorização da inteligência do trabalhador, não havendo subordinação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual;
13. indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

---

<sup>8</sup> Desta forma, pressupõe-se a práxis como um projeto de sujeitos históricos comprometidos com a transformação da realidade. Considerando a educação como conhecimento crítico, Freire compreende a práxis como “unidade indissolúvel entre minha ação e minha reflexão sobre o mundo”. Ou seja, a contribuição para o processo de conscientização e transformação não ocorre “apenas pelo esforço intelectual, mas também pela práxis: pela autêntica união da ação e da reflexão” (FREIRE, 1980, p. 30).

## **Definição e Importância**

O Ensino está articulado a um conjunto de ações, mas tem suas características próprias, representando o cerne das atividades escolares. Associado aos demais processos educativos, necessita garantir sua identidade e sua singularidade, que se referem ao conjunto de atividades coordenadas pelos educadores na apropriação e mediação dos saberes, valores e práticas que educarão nossos estudantes. Referenciado na aprendizagem, o ensino organiza-se conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais, especialmente para a educação profissional e tecnológica, construindo competências associadas aos perfis profissionais de formação de nossos cursos. No entanto, essas competências não podem se desvincular do caráter educativo desse processo, estimulando a prática, a pesquisa e a extensão como estratégias de ação.

O ensino deve considerar as singularidades de aprendizagem dos alunos, pois as diferentes formas de aprender estão relacionadas a sua trajetória de formação e de prática social, realidade de cada sujeito, bem como as suas características de personalidade e desenvolvimento pessoal. Não basta garantir apenas as condições materiais (laboratórios, livros, computadores, etc), faz-se necessário promover uma aprendizagem contextualizada que possibilite aos sujeitos o acesso e a apropriação de saberes significativos em referência ao contexto social e histórico em que estão inseridos.

## **Objetivos**

No IFSC, o ensino assume outros objetivos além da aprendizagem, da formação e da educação de cidadãos, assume também a função social de inclusão, em diversas dimensões: escolarização, inserção laboral, resgate de direitos, inserção nas práticas sociais, avanço científico e tecnológico, envolvimento com o cooperativismo e o empreendedorismo, inserção de práticas culturais, artísticas e esportivas com direito à acessibilidade.

Conforme a lei de criação dos Institutos Federais, o papel da instituição de educação profissional e tecnológica pressupõe um conjunto de objetivos que a destaca das outras instituições educativas e a identifica com características peculiares, não apenas pela oferta, mas pela referência que deve ser às demais instituições educativas e sociais.



A escolarização, especialmente para os que não puderam cumpri-la na idade regular de suas vidas escolares, caracterizada pelos programas de educação de jovens e adultos, deve ser ampliada e consolidada por meio de um ensino que considere suas particularidades e demandas regionais.

Programas de inclusão e de qualificação profissional são fundamentais para a acolhida de novos alunos, tanto para o resgate social que promove aos que deles participam, como para a possibilidade de elevação da escolaridade e formação para o trabalho. Além disso, há muitas possibilidades de criação de novas alternativas laborais com o apoio do IFSC, como o estímulo ao empreendedorismo, à criação de cooperativas e à formação de grupos de trabalhadores para o fortalecimento de suas atividades.

O avanço científico e tecnológico, parte integrante do processo de ensino, deve considerar que os saberes se consolidam à medida que mais práticas sociais a eles se incorporam, estabelecendo um processo contínuo de construção do conhecimento e de busca de soluções técnicas ou tecnológicas, que por sua vez demandam mais saberes, e assim sucessivamente.

## **Política e Diretrizes**

A política de ensino no IFSC deve estar alinhada às finalidades, características e objetivos dos Institutos Federais, definidos na Lei 11.892/2008, bem como às Diretrizes Curriculares Nacionais associadas direta ou indiretamente à educação profissional e tecnológica.

O objetivo geral da política de ensino é desenvolver um conjunto de atividades planejadas, executadas e avaliadas com a intencionalidade de produzir a aprendizagem humana e profissional, no âmbito dos diferentes cursos ofertados pelo IFSC e na direção da concepção de educação expressa neste documento.

A dimensão do ensino compõe a tríade acadêmica institucional e na inter-relação com a pesquisa e extensão permite aos sujeitos envolvidos a possibilidade de compreender e intervir na realidade por meio da apropriação de novos conhecimentos e saberes.

Dentre as diretrizes indispensáveis à implementação da política de ensino, destacam-se:

1. Estabelecer diretrizes curriculares comuns aos diferentes tipos de curso e formas de oferta;

2. Elaborar metodologias e estratégias de curricularização da pesquisa e extensão enquanto princípios pedagógicos;
3. Desenvolver sistemáticas de construção de currículos e projetos de cursos considerando os perfis e contextos socioambientais dos potenciais alunos e egressos;
4. Promover o ingresso dos públicos estratégicos aos respectivos cursos e programas, garantindo a oferta proporcional de matrículas estabelecida na legislação vigente;
5. Promover a formação continuada dos docentes e técnicos administrativos considerando a natureza e especificidades da educação profissional e tecnológica;
6. Desenvolver abordagens e estratégias voltadas à permanência e êxito dos estudantes nos diferentes cursos e programas;
7. Promover a institucionalização da educação a distância (EaD), tendo no Cerfead, em articulação com os NEADs dos câmpus, a estrutura de planejamento, gestão e suporte ao desenvolvimento da modalidade EaD.
8. Incentivar a articulação entre as modalidades presencial e a distância e o uso de tecnologias da informação e comunicação, em especial das tecnologias educacionais no processo formativo;
9. Garantir a infraestrutura física e tecnológica, bem como os materiais adequados ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem;
10. Desenvolver, na perspectiva da educação inclusiva, estratégias e práticas que maximizem o acesso, permanência, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência;
11. Promover espaços e atividades que valorizem a participação cidadã e política dos discentes em diferentes instâncias da sociedade;
12. Desenvolver estratégias e instrumentos de acompanhamento e relacionamento com egressos;
13. Fortalecer e ampliar a cooperação entre as instituições da Rede Federal, compartilhando soluções e práticas que contribuam à construção de uma Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica.

### 2.3.2 Caracterização da Pesquisa

#### Definição e Contexto

A pesquisa, atividade indissociável do ensino e da extensão, visa basicamente à geração e à ampliação do conhecimento, e busca a criação e a produção científica ou tecnológica. Assim, torna-se, na prática, a aplicação dos conhecimentos e saberes na forma de desenvolvimento de um produto, melhoria de um processo ou avanço no conhecimento técnico e científico, especialmente aqueles que são aplicados diretamente ao desenvolvimento regional, contribuindo para o crescimento do país.

Nesse sentido, o IFSC busca cumprir seu papel de instituição de ensino, pesquisa e extensão, articulando a produção do conhecimento acadêmico com a aplicação das pesquisas no âmbito do ensino e no desenvolvimento científico, tecnológico e social das regiões onde está inserido.

O fomento à pesquisa e à inovação está pautado na valorização da pesquisa como princípio educativo e direcionado à investigação, geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas em atendimento às demandas da comunidade. Nesse contexto, tem-se como objetivo ampliar a participação de servidores e alunos na realização de projetos e nas atividades científicas, tecnológicas e artístico-culturais, ampliar as parcerias com instituições públicas e privadas, valorizar os grupos de pesquisa e apoiar a participação em eventos científicos, visando à melhoria e à consolidação da posição do IFSC junto à sociedade acadêmica e científica, nos âmbitos regional, nacional e internacional.

O Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT tem a finalidade de realizar a gestão da política institucional de inovação e promover as atividades relacionadas à propriedade intelectual e à transferência de tecnologia. O NIT tem a importante tarefa de avaliar os resultados decorrentes das atividades e projetos de pesquisa desenvolvidos no IFSC e, caso julgado conveniente, deve providenciar sua proteção para posterior transferência dessas criações e tecnologias para a sociedade. Outra importante tarefa é a promoção e acompanhamento do relacionamento do IFSC com instituições públicas e privadas na realização de atividades conjuntas de pesquisa científica e tecnológica e de desenvolvimento de tecnologia, produto, serviço ou processo, e na execução de

serviços técnicos especializados voltados à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, visando, entre outros objetivos, à maior competitividade das empresas. Dessa forma, o NIT potencializa um aprendizado interativo associado à produção e à exploração de conhecimento científico e tecnológico aplicado à realidade das empresas.

Considerando a verticalização institucional, o IFSC apoia a implementação de cursos de pós-graduação *lato e stricto sensu* que estejam alinhados com as ofertas dos câmpus e os arranjos produtivos, sociais e culturais locais. A oferta de programas *stricto sensu* em rede, como estratégia de qualificação e de produção de conhecimento e tecnologias aplicados à EPT na Rede Federal, também tem sido viabilizada. Para além disso, busca-se continuamente parcerias para as ofertas de formação em nível de mestrado e doutorado aos servidores do IFSC.

Além disso, o incentivo à publicação de revistas e livros, de materiais exclusivos produzidos pelos nossos servidores e alunos, contribuiu para a consolidação de um espaço de diálogo e troca entre a Rede Federal e a comunidade.

A pesquisa no IFSC está sendo progressivamente estruturada, aproximando o IFSC da sociedade e consolidando-o como uma instituição de excelência no desenvolvimento técnico-científico.

## **Importância**

O desenvolvimento socioeconômico das nações tem apresentado uma relação cada vez mais direta com o desenvolvimento científico e tecnológico. Nesse sentido, o Brasil tem avançado significativamente nas políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) de forma a alavancar o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação.

O IFSC, sendo considerado um operador de CT&I, dentro do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação - SNCTI, gera inovações, desenvolve as tecnologias e realiza as pesquisas com alocação de recursos das Agências de Fomento e de orçamento próprio.

A pesquisa beneficia a própria sociedade, pois a aproximação do IFSC com organizações de diversas naturezas traz benefícios e fortalece essas organizações para que ampliem sua atuação. As ações governamentais são necessárias para o fomento da pesquisa aplicada no país, contribuindo

para a inovação e para o desenvolvimento da pesquisa e da extensão.

É nesse contexto nacional que o IFSC estimula a realização de pesquisas cujas temáticas estejam relacionadas com o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas que atendam às demandas das comunidades em que a instituição está inserida.

A missão do IFSC reforça o compromisso da instituição com o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, atendendo aos objetivos e finalidades dos Institutos Federais.

## **Objetivos**

As atividades de pesquisa, pós-graduação e inovação do IFSC estão pautadas nas finalidades e objetivos dos Institutos Federais e na indissociabilidade dessas com o ensino e a extensão. Dessa forma, o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica deve ser um processo educativo e investigativo, que gere e adapte soluções técnicas e tecnológicas, sendo que essas devem atender às demandas sociais e peculiaridades regionais.

Internamente, as atividades de pesquisa no IFSC visam a:

1. Incentivar a participação de servidores e alunos do IFSC em projetos, programas e ações de pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico e inovação, no âmbito do IFSC e em conjunto com instituições públicas e privadas;
2. Integrar a pesquisa e o ensino com as demandas da sociedade, os seus interesses e as suas necessidades, estabelecendo mecanismos que inter-relacionem o saber científico e o saber popular de forma articulada com a extensão;
3. Articular com o NIT parcerias com a sociedade para a concretização de projetos que envolvam pesquisa, desenvolvimento tecnológico, inovação e empreendedorismo.

Portanto, o processo da pesquisa envolve servidores e alunos do IFSC com o anseio de ampliar e desenvolver o conhecimento científico e tecnológico, buscando soluções práticas e inovadoras para o dia a dia das empresas, da comunidade ou da sociedade na qual estão inseridos, atendendo às demandas externas, tais como os arranjos produtivos locais.

Considera-se que a pesquisa deve ser pautada na transformação da realidade local e na redução da desigualdade social. A pesquisa deve proporcionar ao estudante o interesse pelo processo investigativo, de forma que direcione a compreensão e a transformação de sua realidade

social.

## **Política e Diretrizes**

A consolidação da pesquisa no IFSC deve estar pautada na valorização desta como princípio educativo, tanto quanto no fortalecimento do trabalho coletivo, na estruturação de Cursos de Pós-Graduação e no estímulo às atividades de pesquisa aplicada e de transferência tecnológica.

Para tanto, a Política de Pesquisa do IFSC busca incentivar a organização dos seus pesquisadores em torno de um ou mais objetos de estudo ou temáticas demandadas pela sociedade. Dessa forma, potencializam-se as especialidades do conhecimento ao mesmo tempo em que se provoca o diálogo interdisciplinar, em virtude de uma maior interação e integração entre os pesquisadores e à complementaridade de suas capacidades. Como resultado, espera-se o avanço na proposição de soluções técnicas e tecnológicas de problemas reais, cujas soluções apresentam grande impacto quando transferidos para a sociedade, bem como o aumento da produção científica e tecnológica. Tal processo de qualificação da pesquisa resulta em um diferencial na formação dos acadêmicos interessados em uma investigação científica, com a possibilidade de uma educação complementar de qualidade. Além disso, provoca a criação de novos cursos de Pós-Graduação, que são fundamentais para uma qualificação profissional diferenciada e de alto nível, que atenda a demandas do mundo do trabalho.

Diante disso, o IFSC busca uma concepção de pesquisa que, para além do caráter acadêmico atrelado à formação, deverá também buscar respostas às necessidades que emergem da sociedade e dos anseios da própria instituição. Para tanto, as principais políticas e diretrizes são:

1. desenvolver nos alunos o espírito investigativo, preparando-os para que se tornem capazes de fazer intervenções que contribuam para a transformação da sociedade;
2. criar oportunidades que permitam a capacitação profissional constante, tendo a pesquisa como princípio educativo;
3. direcionar as atividades de pesquisa para a busca de soluções técnicas e tecnológicas que atendam às necessidades da sociedade em que o IFSC está inserido;
4. valorizar os conhecimentos prévios dos alunos, incentivando-os a participar de atividades de pesquisa e empreendedorismo;

5. incentivar a pesquisa na área da educação profissional e tecnológica como forma de melhorar a qualidade da educação;
6. promover a capacitação dos servidores da instituição em cursos na modalidade *stricto sensu*;
7. estimular a publicização das atividades de pesquisa e dos seus resultados;
8. direcionar a aplicação dos recursos financeiros próprios para as pesquisas aplicadas que atendam às necessidades da sociedade;
9. estabelecer as condições para a efetivação de projetos de pesquisa em parceria com setores públicos e privados que promovam tanto incentivar o avanço do conhecimento, quanto a transferência destes e seus produtos para a sociedade;
10. organizar as condições e incentivar a captação de recursos externos para pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica;
11. fortalecer a realização de pesquisa e pós-graduação em grupos ou em rede;
12. fomentar e fortalecer a oferta de cursos de Pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, convergentes com as finalidades e objetivos dos Institutos Federais e que aproximem a sociedade dos centros de conhecimento, tais como o IFSC;
13. acompanhar, pelo estabelecimento de metas e indicadores, a qualidade das atividades de pesquisa, pós-graduação e inovação;
14. incentivar a proteção e a transferência de Tecnologia para a sociedade.

### **2.3.3 Caracterização da Extensão**

#### **Definição e Importância**

Historicamente, a extensão passa por diversas fases práticas e de conceito na educação: a transmissão verticalizada do conhecimento, o voluntarismo de natureza político-pedagógica, movimentos sociais e comunitários não sistematizados e o momento acadêmico institucional dialógico e transformador para todos os sujeitos envolvidos (SERRANO, 2013).

O IFSC compreende a extensão como um conjunto de atividades em que se promove a articulação dos saberes científicos e tecnológicos com a realidade socioeconômica e cultural da

região onde está inserido. Essa definição amplia a ação institucional para além do próprio processo educativo e de produção de conhecimento, processo esse que busca na realidade da sociedade os objetos de estudo e desenvolve propostas educativas e científicas aplicadas ao contexto social.

Tomando como base a lei de criação dos Institutos Federais, Seção II, Artigo 6º, ressalta-se que as atividades de extensão devem beneficiar a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal. A partir desse mapeamento, “as atividades de extensão podem abrir os caminhos de acesso dos diversos públicos às ofertas educativas e oportunidades de formação continuada” (SILVA, 2009, p. 44).

A extensão é uma dimensão que promove a formação integral do cidadão, uma vez que intensifica a empatia social conduzindo o estudante e o servidor para a realidade econômica e cultural do entorno. Ainda no movimento da extensão, ampliam-se as possibilidades de inserção do egresso no mundo do trabalho e criam-se as condições para a manutenção de seu vínculo com a instituição, possibilitando o acesso a informações sobre a efetividade das ações institucionais frente ao cumprimento de suas finalidades.

Assim, no IFSC, são diretrizes da extensão:

1. Atuação eficaz na aprendizagem, norteada na teoria, mas baseada na prática, tornando a aprendizagem integral, possibilitando aos alunos experiências importantes, não só relacionadas ao estudo, mas também à convivência social;
2. Divulgação da imagem institucional na sociedade, contribuindo para o processo de implantação e consolidação dos câmpus;
3. Inserção na comunidade, permitindo alinhar as ofertas de ensino e pesquisa para atender as demandas da região;
4. Inter-relação com as áreas do ensino e da pesquisa, possibilitando ao discente a atuação profissional e a inserção no mundo do trabalho durante a formação acadêmica;
5. Contribuição nas transformações sociais, econômicas e políticas, ampliando as possibilidades de acesso à educação e ao conhecimento;
6. Estabelecimento de parcerias com instituições públicas e privadas, gerando emprego e renda;
7. Oferta ao educador de uma formação continuada e ampla de conceitos, processos e



tecnologias, e ao estudante de uma perspectiva de inclusão no mundo do trabalho.

## **Objetivos**

As atividades de extensão são desenvolvidas de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com as políticas sociais, o mundo do trabalho e os segmentos sociais, com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos. São objetivos da extensão:

1. contribuir para o desenvolvimento da sociedade, constituindo um vínculo que estabeleça troca de saberes, conhecimentos e experiências, além de preparar o aluno para sua inserção no mundo do trabalho;
2. buscar interação sistematizada com a sociedade por meio da participação de servidores e discentes em ações integradas com instituições públicas, privadas e com as entidades da sociedade civil, dando prioridade para projetos e ações que resgatem públicos socialmente vulneráveis;
3. integrar o ensino e a pesquisa com as demandas da sociedade, seus interesses e necessidades, estabelecendo desde projetos de concepção até mecanismos que inter-relacionem os saberes;
4. incentivar uma prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social, cultural, ambiental e política, formando profissionais cidadãos;
5. elaborar, implementar e avaliar projetos que objetivem o desenvolvimento regional sustentável em todas as suas dimensões;
6. articular políticas públicas que oportunizem o acesso à educação profissional, estabelecendo mecanismos de inclusão;
7. articular parcerias com a sociedade para a concretização de projetos de extensão com natureza de inovação tecnológica.

## **Política e Diretrizes**

Apoiadas no princípio de indissociabilidade, as atividades de extensão têm por finalidade possibilitar que o conhecimento construído nas práticas de ensino e de pesquisa da instituição sejam

disponibilizados aos diferentes setores da sociedade.

A política de extensão do IFSC, a partir do relacionamento entre a instituição e seus diversos públicos, define valores, objetivos, diretrizes, normas e estruturas, com a finalidade de consolidar a extensão de cunho tecnológico, científico, cultural e esportivo como atividade institucional.

Neste sentido, quanto aos discentes, as principais diretrizes, nas quais se baseia a extensão, são:

1. estimular a formação cidadã do aluno em atividades de extensão, de modo interprofissional e interdisciplinar, por meio do desenvolvimento de ações na comunidade, como parte integrante dos currículos dos cursos ofertados pelo IFSC, articulando diferentes áreas do conhecimento;
2. inserir atividades de extensão na matriz curricular dos projetos pedagógicos dos cursos superiores, atendendo a legislação vigente;
3. possibilitar o contato com a comunidade e com o mundo do trabalho, favorecendo a inclusão profissional do aluno e do egresso do IFSC;
4. promover uma formação ampla do aluno por meio do desenvolvimento de atividades que permitam o acesso à ciência, à tecnologia, à cultura e ao esporte;
5. sensibilizar os alunos para que desenvolvam a ideia de pertencimento social, para que se sintam corresponsáveis pelo desenvolvimento de ações profissionais que levem ao desenvolvimento regional;
6. ampliar as experiências discentes em termos teóricos, metodológicos, tecnológicos e de cidadania;
7. fomentar e apoiar programas de mobilidade discente, especialmente no que se refere a intercâmbios, independentemente da área de formação.

Quanto aos servidores, as principais diretrizes são:

1. proporcionar um espaço de ação com o mundo do trabalho, favorecendo o contato com as novas tecnologias e a formação continuada do servidor por meio da troca de conhecimentos contextualizados;
2. fomentar e incentivar a participação de todos os servidores em ações, projetos e programas de extensão;

3. incentivar e apoiar a produção de material bibliográfico, cartilhas, vídeos e demais produtos de extensão;
4. promover parcerias que possibilitem agregar conhecimentos e espaços para o desenvolvimento de atividades científicas, artísticas e culturais;
5. apoiar o desenvolvimento de ações com instituições públicas, em especial da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica;
6. fomentar e fortalecer a criação de projetos e programas de extensão intercâmpus e intercursos, articulados ao ensino e à pesquisa aplicada;
7. fomentar e apoiar a mobilidade de servidores para o desenvolvimento de atividades de extensão que contribuam com a troca do conhecimento e de tecnologias;
8. apoiar a captação de recursos para o desenvolvimento de atividades de extensão.

Do ponto de vista da sociedade, a extensão tem as seguintes diretrizes:

1. propor e desenvolver atividades, promovendo o desenvolvimento regional;
2. promover a troca de saberes para a promoção de atividades em parceria, incentivando a produção e a divulgação cultural, artística, esportiva e tecnológica para o desenvolvimento regional;
3. atender às demandas sociais articuladas ao ensino e à pesquisa;
4. promover e apoiar atividades que ampliem o acesso ao saber e ao desenvolvimento tecnológico, esportivo e cultural, fortalecendo a imagem da instituição na comunidade;
5. apoiar e desenvolver atividades de inclusão e de tecnologias sociais, atendendo preferencialmente a populações e comunidades em situação de vulnerabilidade social.

#### **2.3.4 Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão**

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão visa a democratizar o saber e a contribuir para a construção de uma sociedade ética e solidária.

A Constituição Federal de 1988, nos termos do Artigo 207, pode ser considerada um marco na inclusão da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nos referenciais da educação superior, dando início ao rompimento do processo dissociativo desses três componentes curriculares e institucionais.

A educação vai muito além de compartilhar saberes já produzidos. Como o professor e o aluno são sujeitos ativos do processo de ensino e aprendizagem, o espaço acadêmico será também um espaço para produzir novos saberes, evidentemente, considerando as possibilidades de cada momento do percurso formativo. É importante entender que, se as relações que se estabelecem na instituição são marcadas pela ação crítica e criadora, o exercício do ensino, da pesquisa e da extensão será incorporado como prática educativa, dando assim mais consistência às relações que se estabelecem entre a instituição e a sociedade.

Para que se possa visualizar e praticar ensino, pesquisa e extensão de modo articulado, é necessário criar condições alcançáveis, tanto em termos materiais e físicos, quanto em termos de gestão. Isso significa que as atividades não serão restritas à sala de aula. Todos os profissionais da instituição poderão constituir-se pesquisadores e atuar em atividades de pesquisa e extensão, desde que essas atividades estejam voltadas à consolidação das finalidades do IFSC e que não infrinjam as atribuições de sua função.

O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é um elemento estruturante do projeto pedagógico do Instituto Federal, não como uma mera questão formal, mas como princípio epistemológico, que remete à concepção e à identidade da instituição. Trata-se de um processo de produção do conhecimento por meio de ação investigativa que possa intervir na realidade da sociedade na qual a instituição encontra-se inserida.

O IFSC busca responder organicamente às demandas sociais, articulando o desenvolvimento científico com as transformações decorrentes da tecnologia e os rumos da sociedade contemporânea. Sendo assim, o contexto de criação do Instituto Federal revela-se como fator estratégico para intervir decisivamente no desenvolvimento da identidade cultural, científica e tecnológica, nos âmbitos local, regional e nacional.

A partir da reestruturação da educação profissional, proposta pela Lei nº 11.892/2008, os Institutos Federais passam a ocupar-se, “de forma mais substantiva, de um trabalho mais contributivo, intrinsecamente voltado para o desenvolvimento local e regional, apreendendo desenvolvimento local e regional como a melhoria do padrão de vida da população de regiões geograficamente delimitadas.”

Está expresso na Lei nº 11.892/2008 que os Institutos Federais devem articular o ensino com a pesquisa aplicada e com a extensão. O ensino é entendido “como instrumento de

transformação e de enriquecimento do conhecimento, capaz de modificar a vida social e atribuir maior sentido e alcance ao conjunto da experiência humana.” (SILVA, 2009, p. 10-11). Por essa razão, deve ser pensado em sintonia com a realidade do mundo atual, permitindo a formação continuada do trabalhador ao longo de sua vida, sem desconsiderar as competências e habilidades desenvolvidas na sua vivência diária. Nessa perspectiva, a educação profissional acontece no âmbito da ciência e da tecnologia por meio da indissociabilidade entre a prática e a teoria. A pesquisa, nesse caso, deve ter foco no desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade. Já a extensão, segundo a Lei nº 11.892/2008, pode ser entendida como o processo institucional de ampliar o acesso à educação, à ciência e à tecnologia para os demais atores sociais, de acordo com os “princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos.”

Na relação ensino, pesquisa e extensão amplia-se o conceito de aula para além do tempo formal na instituição, para todo tempo e espaço, dentro ou fora da instituição. A pesquisa e a extensão são princípios educativos em cursos de todos os níveis e modalidades e devem constituir-se em trabalho específico e sistemático em resposta às necessidades que emergem na articulação entre o currículo e os anseios da comunidade.

Um aspecto importante a ser considerado em relação ao ensino, à pesquisa e à extensão é o papel fundamental delas na orientação do desenvolvimento social e tecnológico do país.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão ocorrerá a partir do cumprimento das finalidades e características dispostas no artigo 6º da Lei nº 11.892/2008, de criação dos Institutos. Dentre elas, destacam-se:

1. o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e às peculiaridades regionais;
2. o vínculo entre a oferta formativa, a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais;
3. o estímulo ao desenvolvimento de espírito crítico voltado à investigação empírica;
4. a qualificação como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências, sobretudo no que se refere à formação de professores das redes públicas de ensino;

5. o desenvolvimento de programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
6. a realização de pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
7. a promoção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais;
8. o desenvolvimento de atividades em que cooperam o ensino, a pesquisa e a extensão, tais como seminários, fóruns, encontros, eventos que permitam a integração, a socialização de saberes e a ajuda mútua, visando ao fortalecimento da educação.

O efetivo exercício da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, no âmbito das instituições de educação, indica a sua qualidade e o desempenho do seu compromisso social. A lei de criação dos Institutos Federais aponta, nos incisos VII a IX do artigo 6º, que esses conhecimentos,

devem ser interpretados conjuntamente. Eles nos indicam um modelo institucional visceralmente ligado às questões da inovação e transferência tecnológica sem deixar de lado a dimensão cultural e a busca do equilíbrio entre desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental. [...]. Na maior parte de suas finalidades, observa-se a insistência no estabelecimento de uma relação transformadora com a sociedade. Nesse sentido, as ações de extensão surgem como o laço entre as demandas sociais, o ensino e a pesquisa, devendo impactar na contínua revisão e harmonização do ensino e da pesquisa com as necessidades socioeconômicas e culturais no diálogo permanente com os conhecimentos produzidos pela sociedade (SILVA, 2009, p. 40).

Por meio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, a instituição possibilita a troca do saber com a sociedade em um fluxo dinâmico, gerando uma transformação mútua. Dessa forma, a indissociabilidade é traduzida em aprendizagem, produção e socialização do conhecimento.

### **2.3.5 Pressupostos Teóricos para Elaboração de Projetos Pedagógicos de Cursos**

Os projetos pedagógicos de curso - PPCs, de todo o IFSC, devem respeitar as mesmas concepções de educação, ensino, pesquisa, extensão e gestão que permeiam todas as atividades da instituição, respeitando as peculiaridades de cada oferta educativa.

Os PPCs devem ser elaborados coletivamente e implementados na perspectiva da concepção educativa histórico-crítica, considerando as diretrizes da Educação Profissional e

Tecnológica, as diretrizes nacionais e demais documentos oficiais. Os PPCs devem ser construídos de forma a esboçar coerência entre os itinerários formativos e os respectivos arcos ocupacionais.

Considerando a autonomia pedagógica e administrativa da instituição, bem como os dispositivos legais que tratam da Educação Profissional e Tecnológica, destacam-se os seguintes fundamentos com o intuito de subsidiar os processos de criação e reestruturação de cursos, na perspectiva de uma formação integrada (CIAVATTA, 2005):

1. Formação integral que democratize o acesso aos conhecimentos produzidos socialmente e preservados historicamente, promovendo análise crítica às dimensões fundamentais da vida, que estruturam a prática social – o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura;

2. Trabalho, no sentido ontológico, como transformação da natureza, realização inerente ao ser humano e mediação no processo de produção da sua existência, ponto de partida para a produção de conhecimentos e de cultura pelos grupos sociais;

3. Trabalho assumido como princípio educativo, tendo sua integração com a ciência, a tecnologia e a cultura como base da proposta político-pedagógica e do desenvolvimento curricular. Evidenciando a relação entre ciência e produção e as implicações da divisão técnica e social do trabalho;

4. Ciência como conjunto de conhecimentos sistematizados, produzidos socialmente ao longo da história, na busca da compreensão e transformação da natureza e da sociedade;

5. Cultura como resultado do esforço coletivo, tendo em vista conservar a vida humana e consolidar uma organização produtiva da sociedade, do qual resulta a produção de expressões materiais, símbolos, representações e significados que correspondem a valores éticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade;

6. Tecnologia como extensão das capacidades humanas que promove a transformação da ciência em força produtiva, visando à satisfação das necessidades humanas; e a mediação entre conhecimento científico (apreensão e desvelamento do real) e produção (intervenção no real);

7. Articulação entre formação básica, de caráter propedêutico, e a preparação para o exercício de profissões, visando à formação integral, integração entre saberes específicos para a produção do conhecimento e intervenção social, assumindo a pesquisa como princípio pedagógico;

8. Indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos da aprendizagem, entre teoria e prática no processo de ensino-

aprendizagem e assegurada no currículo e na prática pedagógica, visando à superação da fragmentação de conhecimentos e de segmentação da organização curricular;

9. Busca pelo desenvolvimento de todas as potencialidades humanas, libertando-se da perspectiva histórica imposta pelo mercado e pelos segmentos produtivos de foco unicamente na formação para o trabalho;

10. Integração de conhecimentos gerais e específicos, analisando o processo de produção e/ou fenômeno social a partir de suas múltiplas dimensões (social, histórica, cultural, físico-ambiental, econômico-produtiva, técnico organizacional, etc.), de forma a compreendê-lo como totalidade.

### **2.3.6 Formação de Formadores**

Um dos artigos mais inovadores na lei de criação dos Institutos foi a inclusão da formação docente como parte das atribuições da instituição. Este PPI consolida essa prerrogativa de forma mais abrangente que o espírito da lei, que cita, nos objetivos dos Institutos Federais, a oferta de “cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional.”

O apoio à educação básica é dever do IFSC, seja por meio da formação de professores, de licenciaturas ou por um conjunto de outras ações, como cursos de especialização e aperfeiçoamento para professores, projetos de pesquisa e extensão envolvendo outros profissionais da educação, programa de apoio à docência, programas de mestrado e doutorado que qualificam professores para a área de educação e demais áreas.

Um destaque é importante no conceito de formação de formadores: a formação de professores para a EPT. Pouca oferta nessa área acontece no país, na maioria dos casos são programas especiais, transitórios ou sazonais de formação docente. O IFSC deve propor um programa permanente de formação de professores para a EPT, seja em cursos de licenciatura, seja em pós-graduação, tanto para seus próprios servidores, quanto para a comunidade externa.

A formação de formadores na Educação Profissional possui características específicas,



como: a incorporação do trabalho como princípio educativo e a pesquisa e a extensão como princípios pedagógicos, abordagens didático-pedagógicas específicas à formação para o trabalho, a interdisciplinaridade ampla como balizadora do desenvolvimento curricular.

Além disso, o IFSC deve promover a formação continuada de seus servidores, incentivando a oferta de cursos que envolvam os aspectos relacionados tanto à atuação didático-pedagógica quanto à área técnica, bem como proporcionar condições para a consecução de estudos complementares dos servidores.

Nesse contexto, o Cerfead se coloca como unidade estratégica, à medida que apresenta itinerários formativos, constituídos por cursos que vão da formação inicial ou continuada até a pós-graduação, em três importantes áreas: formação de formadores, gestão pública e tecnologias educacionais.

## **2.4 ASSUNTOS ESTUDANTIS**

A educação, direito social constitucionalmente estabelecido, sobretudo quando oferecida em organizações públicas de ensino, precisa responder às demandas pedagógicas e sociais próprias dos sujeitos de direitos que constituem seu corpo discente, favorecendo, assim, a formação integral com qualidade e estimulando o pensamento crítico. Para tanto, é necessário que o estudante tenha condições plenas para se desenvolver enquanto sujeito, bem como as habilidades socioprofissionais necessárias à sua inserção no mundo do trabalho.

O IFSC desenvolve programas e ações de inclusão alinhadas a demandas dos diferentes públicos atendidos. Compreende-se que o processo de exclusão se alimenta de diferenças construídas de maneira histórica, social e cultural e que as ações inclusivas contribuem para assegurar os processos de acesso, permanência e êxito dos discentes, superando a reprodução de discriminações e injustiças em termos de classe, cor, deficiência, estado nutricional, orientação sexual, etc.

### **2.4.1 Acesso**

O acesso aos cursos de educação profissional do IFSC modificou-se ao longo do tempo. Embora a instituição tenha se originado objetivando o atendimento aos “desvalidos da sorte”, o grande número de candidatos por vaga, por vezes, levou a extremos da meritocracia. Fatos como esse levaram a discussões internas e, tendo em vista a proposta de ser uma instituição inclusiva, o IFSC passou a adotar políticas diferenciadas de ingresso das anteriores à existência da Lei nº 12.711/2012. Com a promulgação dessa lei, a forma de ingresso foi adaptada para o atendimento aos termos nela propostos, visando a facilitar o acesso de discentes oriundos de escola pública, de baixa renda e de pessoas autodeclaradas pretas, pardas e indígenas, conforme percentual da população catarinense aferida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A proposição dessa lei está de acordo com a prerrogativa inclusiva já adotada pelo IFSC. A noção de igualdade de concorrência ignora os processos de exclusão que ocorrem na sociedade brasileira e a restrição existente para parte da população ao acesso à educação de qualidade. Garantir acesso diferenciado a esses públicos tem sido foco de ações institucionais para todos os níveis e modalidades de ensino.

Além da adoção de processos seletivos com cotas para diferentes públicos, existem outras propostas de acesso adotadas pelo IFSC, como os processos seletivos por meio de análise socioeconômica para os cursos de formação inicial e continuada, que são orientados para o ingresso de pessoas prioritariamente com baixa renda familiar, oriundas de escola pública e trabalhadores. É preciso ressaltar, ainda, a existência de cursos vinculados à Educação de Jovens e Adultos, que vislumbram o ingresso de pessoas que não puderam concluir o ensino básico na idade regular. Dentro desse contexto, no IFSC são ofertados dois programas: o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica (Proeja Técnico), na modalidade de Jovens e Adultos, que tem como objetivo oferecer educação profissional a jovens e adultos que não tiveram acesso ao ensino médio na idade regular, e também o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos, na Formação Inicial e Continuada com ensino fundamental (Proeja FIC), que tem por objetivo oferecer educação profissional a jovens e adultos que não tiveram acesso ao ensino fundamental na idade regular. Para garantir o acesso de diferentes públicos ao IFSC, é preciso contemplar distintas estratégias de divulgação da instituição e de seus cursos, para que a informação chegue aos públicos estratégicos com qualidade e clareza.

#### 2.4.2 Permanência e Êxito

A permanência do discente na instituição compreende o tempo definido em cada projeto de curso para a integralização da carga horária prevista nesse projeto, incluindo o estágio supervisionado, quando previsto. O êxito ocorre quando o discente integraliza essas unidades curriculares, passando a ter direito à certificação.

Observou-se, ao longo das experiências do IFSC, que apenas democratizar o acesso à instituição não tem garantido o sucesso do processo educativo dos discentes. Vários têm sido os motivos que os levam a sair da instituição sem concluir seu curso. Esses são denominados evadidos. Considera-se de extrema relevância atentar para a taxa de evasão de acordo com cada curso, bem como para seus motivos, buscando-se desenvolver estratégias que incentivem a permanência do discente até que ele finalize a formação em curso.

Com o objetivo de identificar mecanismos que possam levar à permanência e ao êxito dos discentes, a instituição vem fortalecendo a implantação de equipes interdisciplinares nos câmpus, que têm por objetivo articular o trabalho de servidores em prol de melhores taxas de permanência e êxito dos discentes. Compreende-se que, por meio dessas ações conjuntas, será possível aprimorar o processo de criação dos cursos, metodologias de ensino e acompanhamento acadêmico discente, a fim de maximizar os índices de permanência e êxito dos discentes no IFSC, contemplando o atendimento às diferentes formas de aprender.

Para tornar efetiva a permanência e o êxito do discente nos cursos, estão sendo implementados, desde 2011, programas de assistência estudantil. São organizadas diversas ações, por meio das quais os estudantes têm acesso a atividades desportivas, apoio a participação em eventos, auxílio financeiro para necessidades básicas, tais como alimentação, transporte e material didático, dentre outras.

Outra ação para a permanência e êxito é a inserção socioprofissional. Esta é concebida como uma oportunidade de aprendizagem do fazer, como forma de participar do mundo do trabalho e, na relação com outros profissionais, através da qual é possível aprender também valores e atitudes no contexto das relações interpessoais e contradições que envolvem o trabalho.

Além das ações descritas acima, a instituição possui o Plano Estratégico de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFSC, que tem como objetivo promover a permanência e êxito dos estudantes em sua oferta educativa, por meio de um conjunto de medidas que visam ao enfrentamento da evasão e retenção, enquanto fatores que comprometem o atendimento da missão institucional.

De modo geral, para que se possa interferir de forma positiva na permanência e no êxito do discente do IFSC, é importante implementar como ação programática:

1. o acompanhamento pedagógico sistemático do processo de ensino-aprendizagem;
2. o acompanhamento pedagógico em situações de dificuldade de desempenho e de aprendizagem;
3. o acompanhamento sistemático docente visando a melhorias no processo de ensino aprendizagem;
4. o apoio psicossocial em casos de dificuldades emocionais, afetivas e de aprendizagem;
5. a prevenção e a promoção de saúde;
6. o desenvolvimento de estudos e ações sobre evasão e permanência;
7. a organização de parcerias com setores como assistência social, saúde e segurança, quando houver a necessidade de ações intersetoriais articuladas;
8. o fomento de ações articuladas das atividades de ensino, pesquisa e extensão como princípio educativo;
9. o fomento da inserção dos discentes no mundo do trabalho;
10. o fomento da formação empreendedora;
11. a promoção de atividades artísticas, culturais e desportivas;
12. o fomento da formação político-social para a comunidade acadêmica;
13. o desenvolvimento de ações voltadas para a promoção de uma alimentação saudável e segura aos discentes.

### **2.4.3 Pessoas com Deficiência**

A concepção de discentes com deficiência é fundamentada na Declaração de Salamanca,

1994, uma resolução das Nações Unidas que desenha os princípios, as políticas e as práticas em educação especial. A resolução define que deve haver políticas de atendimento específicas abrangendo crianças, adolescentes e jovens em situação de desvantagem e também as chamadas pessoas com altas habilidades. Também devem ser atendidas as crianças que vivem nas ruas, as que estão em situação de risco e/ou as que trabalham, as populações remotas ou nômades, pertencentes a minorias étnicas ou culturais, e as crianças desfavorecidas ou marginais, bem como as que apresentam problemas de conduta ou de ordem emocional (NAÇÕES UNIDAS, 1994).

A proposição de uma educação inclusiva já é sinalizada na Constituição Federal de 1988 em seus Artigos 205 e 208: “Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...] III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; [...] VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando; VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. § 1º - O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

Garantir uma escola inclusiva implica propostas de ação em distintos eixos: oportunizar estágios de qualidade, prestar apoio à organização estudantil, criar espaços de convivência para os estudantes, garantir acesso a práticas de pesquisa e extensão, oportunizar atividades artísticas, culturais e esportivas, contribuindo para a inclusão e a permanência de todos os estudantes do IFSC.

Esta seção se destina a tratar do atendimento aos discentes com deficiência, abrangendo diversos tipos de deficiência: física, auditiva, visual, mental, múltipla e pessoas com mobilidade reduzida. Além desses discentes, estão contemplados nesta seção os atendimentos especializados para discentes com superdotação.

As políticas educacionais brasileiras asseguram a todos a igualdade de condições para o acesso, a permanência na escola e o êxito em seus cursos. Sendo assim, a educação inclusiva deve permear transversalmente todos os níveis e todas as modalidades de ensino, oferecendo a todos a igualdade de oportunidades.

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência iniciou no período imperial, com a

criação de uma instituição de atendimento aos deficientes visuais, atual Instituto Benjamin Constant - IBC e o atual Instituto Nacional da Educação de Surdos - Ines. Já no século XX, por iniciativa da sociedade civil, foi fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental que, em 1945, começou a atender pessoas com superdotação. Em 1954, foi fundada a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE).

A partir de uma discussão iniciada nos anos 60, profissionais, pais e pessoas com com deficiência, em meados dos anos 80, iniciaram um movimento para ações educativas de integração das pessoas com deficiência, no lugar das práticas vigentes na época, que enfatizavam a ideia de “educação especial” e segregavam as pessoas com deficiência. As discussões prosseguiram, chegando à percepção de que a dificuldade que era apresentada por alguns alunos não estava centrada neles, mas sim nas formas de organização do ensino em algumas escolas.

A Lei nº 5.692/1971, ao inserir o “tratamento especial” para os alunos com “deficiências físicas, mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados”, não permitiu o avanço da escola para atender essas demandas, ao contrário, reforçou o encaminhamento desses alunos a classes e escolas especiais. Em 1973, o Ministério da Educação - MEC criou o Centro Nacional de Educação Especial - Cenesp, responsável pela gerência da educação especial no Brasil, fundamentado na integração desses alunos, favorecendo as ações educacionais voltadas às pessoas com deficiência e às com superdotação. Entretanto, as ações ainda foram desenvolvidas de forma isolada. Continuava-se com “políticas especiais”, sem a efetivação de uma política inclusiva.

O marco regulatório vigente, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2007, está baseada na defesa do direito de convivência de todos os alunos, fundamentada na perspectiva dos direitos humanos. Essa política busca romper as barreiras impostas pelas diferenças e tem como objetivos: a transversalidade da educação especial, da educação infantil à educação superior; o atendimento educacional especializado; a continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino; a formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar; a participação da família e da comunidade; a acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e na informação; e a articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. Em relação à acessibilidade física, ela inclui providências

para além da quebra de barreiras arquitetônicas. Sinalização, mobilidade, mobiliário e outras medidas de ordem prática são necessárias para preparar o ambiente para o atendimento das pessoas com deficiência.

Na Educação Profissional e Tecnológica, as primeiras ações de institucionalização de uma política de inclusão iniciaram com o Programa TEC NEP - Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas, em 2001. A partir daí, foram criados os Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNEs), atualmente vinculados à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) do MEC.

No IFSC, ressalta-se o compromisso inclusivo dos Institutos Federais por meio da criação do primeiro câmpus bilíngue Libras/Português no município de Palhoça, sendo a primeira escola da América Latina nessa modalidade. O diferencial do câmpus é que o ensino é voltado para a oferta de educação profissional bilíngue - Libras/Português, tendo como público estratégico tanto pessoas surdas como ouvintes, por meio de uma metodologia de ensino inclusiva e significativa para ambos os públicos.

Cada câmpus do IFSC deve contar com um núcleo de acessibilidade educacional. É função desse núcleo assessorar a instituição para receber as pessoas com deficiência, colaborando com as adaptações necessárias para o atendimento de cada discente.

Sendo a Educação um direito de todos e um dever do Estado, e levando-se em consideração a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2007, o IFSC compromete-se com:

1. a implementação da acessibilidade física;
2. o desenvolvimento de programas de capacitação e formação para servidores;
3. o atendimento pedagógico adequado às demandas do discente;
4. a garantia de formas de acesso adequadas às necessidades das pessoas com deficiência;
5. a garantia de estratégias para permanência e êxito que atendam às especificidades das pessoas com deficiência;
6. a busca de condições para que haja a possibilidade de proporcionar terminalidade específica, nos termos legalmente previstos, e para quem dela comprovadamente necessitar.

#### 2.4.4 Egressos

Considera-se egresso o sujeito que foi discente do IFSC e concluiu o seu curso. Projetar ações para esse público possibilita compreender melhor como a formação que a instituição dá aos sujeitos impacta suas vidas. Por isso, no que diz respeito ao egresso, é importante detectar modelos de práticas bem-sucedidas para realimentar os projetos pedagógicos de cursos e estratégias pedagógicas da instituição como um todo. Além disso, também é importante para a instituição identificar a inserção socioprofissional, as perspectivas e expectativas nas aproximações do egresso com o mundo do trabalho. Faz-se necessário manter um canal de comunicação permanente com o mundo do trabalho, que seja efetivo e democratizador das informações, subsidiando e facilitando as escolhas dos discentes para sua atuação profissional.

Quanto a seus egressos, constituem-se ações a serem desenvolvidas pelo IFSC:

1. desenvolver ações sistemáticas voltadas às pesquisas de demandas e à análise da inserção socioprofissional;
2. implantar o Observatório da Educação Profissional;
3. garantir uma forma de diálogo com os egressos;
4. desenvolver uma política de acompanhamento de egressos;
5. fomentar e incentivar o retorno dos egressos para que sigam o seu itinerário formativo no IFSC;
6. fomentar a participação de egressos em projetos de pesquisa e extensão do IFSC, especialmente em áreas que remetam a aspectos sociais e inclusivos;
7. criar ferramentas que estimulem o aluno a seguir o percurso formativo no eixo tecnológico de sua escolha;
8. criar mecanismos de comunicação com os egressos, de modo a informá-los dos eventos, cursos, palestras e demais atividades do IFSC.

## 2.5 GESTÃO



### 2.5.1 Concepções

As diretrizes e bases da educação nacional colocam a gestão democrática como principal forma de integração da educação com a nova organização social, devendo as instituições educacionais aproximarem-se da comunidade. Considerando como referência a autonomia institucional e a gestão democrática como elementos sustentadores de sua base, compreende-se que os interesses e anseios da comunidade institucional delimitarão as normas de organização dos processos de forma coletiva.

A gestão democrática está associada à democracia participativa. A descentralização, a autonomia e a participação estabelecem abertura de novas arenas públicas de decisão, que conferem a cada escola sua singularidade, sua identidade própria, tendo a qualidade do ensino como ponto central de qualquer proposta para escola pública. No exercício da construção da autonomia escolar, não obstante seus percalços e desafios, são visíveis e promissores os benefícios e as vantagens produzidos nessa vivência. A escola torna-se palco de experiências democráticas, em que a participação e a autonomia devem ocorrer de forma transparente, respeitando a diversidade, o pluralismo e os valores éticos. A gestão democrática adotada contempla a autonomia do IFSC e a participação na tomada de decisões, amparada em uma concepção sociocrítica, implica processos de participação, autonomia e delegação de poder, o que sugere corresponsabilidade.

Ao estabelecer uma estrutura multicâmpus, em que todos os câmpus possuem um certo grau de autonomia, afirma-se o território onde está inserido como dimensão essencial de sua função. Consequentemente, estabelecem-se os princípios para sua ação comprometida com o desenvolvimento local e regional, não cerceadores de sua autonomia. Essa circunscrição do local e do regional vem, sobretudo, enriquecida do sentido maior da construção da autonomia dessas regiões; e, tomando como base suas identidades, estabelece formas de diálogo permanente, na perspectiva da superação de limites que favoreçam a exclusão (MEC, 2010).

A consolidação do processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica se configurou com a criação de um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia têm como foco a justiça social, a equidade, a competitividade econômica e a geração de novas tecnologias e deverão responder, de forma ágil e eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por

difusão de conhecimentos tecnológicos e de suporte aos arranjos profissionais, os quais permitirão que o Brasil atinja condições estruturais necessárias ao desenvolvimento educacional e socioeconômico (MEC, 2010).

Assim, o modelo de Instituto Federal surgiu como uma autarquia de regime especial de base educacional humanístico-técnico-científica, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

Configurando-se como uma estrutura multicâmpus, o IFSC precisa aprimorar mecanismos de gestão que permitam a autonomia dos câmpus e ao mesmo tempo fortaleçam o caráter sistêmico do Instituto. Como os câmpus atuam em comunidades diferenciadas, precisam praticar a autonomia, que será verdadeira quando cada câmpus puder tomar decisões e encaminhar seus trabalhos, respeitando suas peculiaridades, atendendo, portanto, às características e necessidades do contexto em que está inserido. Isso, entretanto, requer a definição de políticas institucionais claras em termos pedagógicos, administrativos e financeiros.

Em adição, está em aprimoramento a definição e adoção de princípios e diretrizes de gestão adequados à nova institucionalidade, que subsidiem e orientem os níveis de autonomia e de descentralização praticados, de modo a possibilitar o cumprimento das finalidades do Instituto de forma integrada e efetiva.

### **2.5.2 Relevância**

Atualmente, gerir envolve uma gama muito mais abrangente e diversificada de atividades do que no passado. Consequentemente, o gestor precisa estar apto a perceber, refletir, decidir e agir em condições totalmente diferentes do que antes. Nesse contexto, entende-se que gestão é uma prática social, dependendo de pessoas, da sociedade, da economia, da cultura, das possibilidades tecnológicas e de outras tantas dimensões da vida.

Na gestão pública, essas variáveis têm ainda maior influência, pois a capacidade de mediação é um dos requisitos fundamentais. A diversidade de opiniões será considerada como parte do processo democrático e participativo, de forma a contribuir para o fortalecimento e a construção da identidade institucional. Nessa perspectiva de gestão democrática, destaca-se o papel do gestor

como mobilizador constante da comunidade acadêmica, de modo a tornar possível o processo democrático e participativo.

Nos processos de gestão, é fundamental ressaltar que as pessoas são os agentes das mudanças. Os gestores e cada membro da comunidade acadêmica, em particular, têm contribuição indispensável na construção da gestão democrática. Por isso, é imprescindível que haja uma política de valorização dos servidores e a promoção da igualdade de oportunidades, para que todos se sintam parte da instituição, identificando-se com seu trabalho e assumindo-se corresponsáveis no desenvolvimento dos processos.

Nessa perspectiva, a formação continuada tem fundamental importância, pois além de possibilitar a qualificação, a competência e a progressão funcional na carreira, propicia o desenvolvimento profissional dos servidores de modo articulado ao projeto e às finalidades da instituição.

É imprescindível, ainda, que se promova o espaço de discussão e de preparação da comunidade acadêmica para tomar decisões coletivas. Esse espaço contribui para a formação dos sujeitos e, sobretudo, qualifica as decisões e ações. Todos crescem e aperfeiçoam sua condição de cidadãos.

O modelo de gestão refere-se ao arranjo relativo do “como fazer”. Atualmente entende-se que o modelo de gestão deve cuidar dos processos de aprendizado organizacional, necessários à evolução da organização, tanto em sua dimensão operacional (uso dos recursos) como em sua dimensão estratégica (realocação dos recursos), dada a evolução do ambiente e da própria organização. É o modelo planejado sobre como a organização deveria ser estruturada e gerida, para que atenda determinados objetivos e finalidades definidos em certo momento. Trata-se de agir com efetividade, propiciando que a instituição evolua continuamente.

É fundamental que a gestão da instituição seja essencialmente voltada para o atendimento de seus públicos estratégicos, disponibilizando oportunidades educacionais, culturais e de extensão. Dar continuidade ao uso de um modelo de gestão democrática e expandir a adoção desse modelo abrem caminho para a inovação gerencial.

O gerenciamento da instituição educacional requer, além do estabelecimento de uma nova política de atuação, também uma concepção de gestão que permita administrar os diferentes atores organizacionais e recursos necessários. Nessa perspectiva de renovação, as políticas públicas

voltadas ao atendimento das demandas sociais do país têm contribuído sobremaneira para o resgate das Instituições educacionais.

A nova realidade organizacional do IFSC aumenta a sua responsabilidade relacionada ao atendimento das demandas sociais, pois os Institutos Federais têm, como uma de suas finalidades, a formação de educadores. Entender o contexto em que se atua, seja do ponto de vista regional, nacional, seja até internacional, é fundamental para todo o corpo de servidores e discentes. Desse modo, um modelo de gestão focado nas necessidades sociais, buscando superá-las, fomentará um referencial para desenvolver as políticas da instituição.

### 2.5.3 Princípios

Para garantir uma gestão pautada na democracia participativa, na perspectiva da inclusão e na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, as ações do IFSC se nortearão pelos seguintes princípios:

1. garantia da gestão pedagógica, administrativa e financeira de forma democrática, colaborativa, solidária, transparente e participativa para toda a organização do Instituto;
2. respeito às leis e às normas que regem a educação e a instituição, promovendo, sempre que necessário, as devidas intervenções para que sejam revisadas;
3. garantia do cumprimento dos direitos e deveres de todos os integrantes da comunidade acadêmica, bem como as atribuições dos diversos profissionais e seus respectivos setores;
4. ensino como atividade principal do IFSC, em torno da qual se organizam a pesquisa, a extensão e a gestão dos câmpus;
5. zelo quanto à identidade de instituição de Educação Profissional, Científica e Tecnológica;
6. respeito à pluralidade de ideias;
7. integração, solidariedade e compartilhamento de conhecimentos e boas práticas na comunidade acadêmica;
8. promoção de políticas inclusivas, que favoreçam o acesso, a permanência e o êxito;
9. incorporação dos avanços tecnológicos e estabelecimento das condições necessárias

para que os trabalhos nos diversos câmpus e na Reitoria sejam realizados de forma integrada e em rede;

10. transparência para disponibilizar aos cidadãos interessados informações relacionadas à atuação institucional, sendo essa uma condição de participação da cidadania no centro do processo democrático e de controle social das políticas públicas.

#### 2.5.4 Diretrizes

Considerando que o IFSC prima por sua função social, é importante que sua gestão (pedagógica e administrativa) seja democrática e transparente, para que, na pluralidade de visões, constitua-se o caráter público das práticas da instituição. Para tal, os processos de decisão devem ser coletivos, participativos, de modo que as escolhas efetuadas sejam legítimas e os integrantes da comunidade acadêmica vejam-se corresponsáveis pela concepção, execução e acompanhamento das ações.

A organização política, pedagógica e administrativa para o funcionamento do IFSC levará em consideração as seguintes diretrizes:

1. consolidar a identidade institucional, promovendo a reflexão e a disseminação das concepções de educação profissional, científica e tecnológica;
2. institucionalizar o modelo de gestão em rede a partir dos conceitos de interdependência, auto-organização, igualdade e solidariedade;
3. criar e aprimorar, permanentemente, práticas que fortaleçam a gestão em rede, a colaboração, a integração entre áreas, a visão sistêmica com foco na permanência e êxito dos alunos e nas necessidades da sociedade, sempre respeitando a autonomia e identidade dos câmpus;
4. fortalecer e valorizar os câmpus, respeitando as suas potencialidades e especificidades;
5. realizar, de forma contínua, a avaliação, a revisão e a adequação da estrutura organizacional aos processos do Instituto, garantindo, sobretudo, a melhoria do processo de gestão;
6. pesquisar e implementar diferentes formas e instrumentos avaliativos para o constante aprimoramento do processo de gestão;
7. avaliar, reorganizar e integrar os processos pedagógicos, buscando a efetividade e a

qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão;

8. avaliar constantemente os processos educacionais, exigindo dos órgãos superiores responsáveis pela educação as condições necessárias para atender às necessidades da comunidade;

9. avaliar constantemente as atividades desenvolvidas com a comunidade, prestando contas e promovendo os ajustes necessários;

10. promover o planejamento, o acompanhamento e a avaliação das ações de forma participativa, implementando instrumentos que possibilitem a coleta e análise dos dados institucionais e a elaboração de indicadores para tomada de decisão;

11. propiciar, sistematicamente, espaços para reflexão sobre as questões institucionais e educacionais mais amplas, visando à preparação das pessoas para os processos decisórios e para colaborar nos processos educativos;

12. garantir espaços de discussão e integração de cada segmento para encaminhamento de solicitações específicas, visando à formação de lideranças para o exercício da representatividade;

13. envolver a comunidade, mediante suas organizações sociais, nos processos decisórios relativos à atuação do IFSC;

14. assegurar, para o exercício da cidadania, que a instituição seja espaço de formação e participação;

15. promover as condições necessárias para a participação organizada, transparente e democrática dos integrantes da comunidade acadêmica no processo decisório;

16. promover, sistematicamente, a melhoria das condições físicas e materiais, assim como a adequação do quadro de pessoal às necessidades institucionais;

17. criar mecanismos de ampliação dos recursos financeiros, garantindo o caráter público e gratuito de todos os cursos mantidos pelo Instituto;

18. promover a integração entre as diversas áreas profissionais, bem como entre os segmentos que constituem a comunidade acadêmica do IFSC;

19. promover intercâmbio com outras instituições e organizações, visando ao aprimoramento das práticas do Instituto e à socialização de seus trabalhos;

20. buscar articulação com diferentes parcerias para viabilizar a proposta política, pedagógica e administrativa, valorizando a comunidade onde a instituição está inserida;

21. reivindicar, nos espaços apropriados, os direitos dos servidores e da instituição;

22. garantir a comunicação efetiva do IFSC com seus públicos estratégicos, salientando que todos tenham acesso à informação de forma igualitária, qualificando o processo de gestão;

23. estabelecer mecanismos que permitam a prática de princípios éticos e de valores humanos mais solidários nas práticas da instituição;

24. promover ações inclusivas que visem ao acesso, à permanência e ao êxito do aluno, respeitando os direitos humanos baseados nos princípios de justiça, igualdade, cooperação e compreensão;

25. desenvolver um programa de formação continuada de gestores;

26. desenvolver programas de formação continuada de servidores;

27. possibilitar a gestão adequada de dados, de informações e do conhecimento estratégico institucional, adotando, com inovação, indicadores e sistemas de informação gerencial para tomada de decisão.

28. promover um ambiente de trabalho saudável em que todos colaborem para proteção e promoção da segurança, saúde e bem-estar dos trabalhadores e para a sustentabilidade do ambiente de trabalho.

29. desenvolver as competências dos servidores necessárias para que a instituição alcance seus objetivos estratégicos e aprimore os serviços prestados aos alunos e sociedade.

### 2.5.5 Políticas

Políticas de gestão consistem nas definições das posturas da instituição quanto às diferentes temáticas que devem ser desenvolvidas, de acordo com sua missão e visão de futuro. Na construção dessas políticas, é fundamental que se promova e garanta o alinhamento com os princípios, as diretrizes, a missão, a visão e os valores institucionais.

Assim, apresentam-se a seguir as temáticas para as quais a instituição deve ter políticas formalmente constituídas, periodicamente atualizadas e articuladas com o planejamento estratégico:

- **Inclusão:** as políticas inclusivas devem centrar-se no eixo da organização sociopolítica necessária para viabilizá-la e basear-se nos direitos individuais do público a que se destina.
- **Tecnologia da Informação:** desenvolvimento e implantação de política, diretrizes e

procedimentos de forma a garantir o uso racional e coordenado dos recursos de TIC. Além disso, apresentar uma imagem uniforme do IFSC por meio de produtos de tecnologia da informação e sistemas de comunicação do IFSC.

- Segurança da Informação: desenvolvimento e implantação de política, diretrizes e procedimentos de forma a eliminar ou reduzir riscos aos quais as informações geradas ou mantidas pelo IFSC estão expostas.
- Comunicação: estabelecimento da relação permanente e sistemática entre a instituição e seus diversos públicos, definindo valores, objetivos, diretrizes, normas e estruturas, com a finalidade de orientar o desenvolvimento de ações, estratégias e produtos de comunicação do IFSC. A Política de Comunicação aborda temas especiais que se reportam a processos, estratégias ou situações relevantes que devem merecer atenção especial dos profissionais de comunicação do IFSC e de seus gestores, nos vários níveis de decisão, além da atenção dos demais servidores, uma vez que se trata de um compromisso assumido por todo o Instituto.
- Internacionalização: desenvolvimento e implantação de programas que possibilitem o fortalecimento da internacionalização do IFSC com redes acadêmicas, ampliando as oportunidades de mobilidade acadêmica, divulgação e produção científica e tecnológica.
- Responsabilidade Socioambiental: a política de responsabilidade socioambiental do IFSC deve conter um conjunto de práticas, ações e iniciativas capazes de tornar efetivo o princípio da função socioambiental, mediante adoção, implementação e gestão de atividades sociais e ambientais em benefício da comunidade, proporcionando a melhoria da qualidade de vida das pessoas e o desenvolvimento do ser humano e da cultura da sustentabilidade. Essa política deve ser compreendida como uma responsabilidade legal e um compromisso social da instituição com a comunidade.
- Infraestrutura: gestão dos recursos materiais, físicos e tecnológicos do IFSC, tendo como foco a otimização, a efetividade e a modernização dos processos de atendimento aos usuários, nas áreas do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão, tendo em vista as demandas sociais, ambientais e a gestão democrática participativa; proposição de Planos Diretores específicos para a operacionalização das políticas.
- Gestão de Pessoas: a política de gestão de pessoas contempla: o estabelecimento de um cenário organizacional que possibilite a realização profissional e a valorização do servidor em todas



as etapas da vida funcional, buscando o equilíbrio de objetivos entre a pessoa, a equipe e a instituição; o desenvolvimento de processo de formação continuada para os servidores, considerando os respectivos estágios de ambientação na instituição, a formação de gestores e as finalidades institucionais; a realização de processos de ingresso e de dimensionamento de servidores alinhados às políticas e critérios institucionais; o fortalecimento dos processos de fixação dos servidores nos câmpus; e o fortalecimento de processos de mobilidade dos servidores.

- Gestão da Informação e do Conhecimento: promoção da utilização de fundamentos teórico-práticos da gestão do conhecimento, de forma a estimular a identificação, o armazenamento, a criação, a aplicação e a socialização de informações e conhecimentos estratégicos relevantes para a gestão institucional.

- Governança Institucional: concepção de instrumentos e estratégias de gestão que possibilitem o desenvolvimento das atividades institucionais de forma integrada e em rede, de modo a subsidiar o alcance das finalidades institucionais e a ação comprometida com o desenvolvimento local e regional. Deve se levar em consideração a identidade institucional, a implementação das políticas públicas e a relação com a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - EPCT e demais instituições de ensino, pesquisa e extensão; estabelecimento de diretrizes e critérios institucionais baseados nos princípios da administração pública, da equidade, da solidariedade, da transparência e da participação, para subsidiar o processo de gestão estratégica, possibilitando a integração do ciclo de avaliação, planejamento, programação, acompanhamento e execução orçamentária.

## REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli Eliza D. A.; PASSOS, Laurizete F. Avaliação escolar: desafios e perspectivas. In: CASTRO, Amelia Domingues de; CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. **Ensinar a ensinar: didática para a escola fundamental e média**. São Paulo: Pioneira e Thomson Learning, 2000.

CHRISTOPHE, M. **A legislação sobre a Educação Tecnológica no quadro da Educação Profissional Brasileira**, 2005. Disponível em: <http://www.do.ufgd.edu.br/paulolima/arquivo/ept/texto%2003.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2019.

CIAVATTA, Maria. **A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade**. Trabalho Necessário, Niterói, v.3, n.3, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/tn.3i3.p6122>. Acesso em: 04 abr. 2019.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Centauro, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HAUDRICOURT, André Georges. **La Technologie science humaine: Recherches d'histoire et d'ethnologie des techniques**. Paris: Fondation de la Maison des Sciences de l'Homme, 1987.

HAYDT, Regina Cazaux. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem**. 6. ed. São Paulo: Ática, 2008.

LIBÂNEO, Jose Carlos. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. São Paulo: Loyola, 2003.

LOCH, Jussara Margareth de Paula. Avaliação na escola cidadã. In: ESTEBAN, Maria Teresa (org.). **Avaliação: uma busca prática em busca de novos sentidos**. 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MASETTO, Marcos Tarciso. **Competência Pedagógica do professor universitário**. 2. ed. São Paulo: Summus, 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. **Concepção e diretrizes dos Institutos Federais**. 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. 1994. **Declaração de Salamanca**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2013.

PERRENOUD, P. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

RAMOS, Marise. **Trabalho, educação e correntes pedagógicas no Brasil:** um estudo a partir da formação dos trabalhadores técnicos da saúde. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ 2010.

SANMARTÍ, Neus. **Avaliar para aprender.** Porto Alegre: Artmed, 2009.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica:** primeiras aproximações/Dermeval Saviani. 11. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2011. — (Coleção educação contemporânea).

SAVIANI, Dermeval. **Sobre a concepção de politécnia.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 1989.

SCALCON, S. **À Procura da Unidade Psicopedagógica:** articulando a psicologia histórico-cultural com a pedagogia histórico-crítica. Campinas: Autores Associados, 2002.

SERRANO, Rossana Maria Souto Maior. **Conceitos de extensão universitária:** um diálogo com Paulo Freire. Grupo de Pesquisa em Extensão Popular. Disponível em: [http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/atividades/discussao/artigos/conceitos\\_de\\_extensao\\_universitaria.pdf](http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/atividades/discussao/artigos/conceitos_de_extensao_universitaria.pdf). Acesso em: 13 ago. 2013.

SILVA, C. J. R. **Institutos Federais lei 11.892, de 29/11/2008:** comentários e reflexões. Natal: IFRN, 2009.

SILVEIRA, Zuleide. Simas da. **Concepção de educação tecnológica no Brasil:** resultado de um processo histórico. In: **A organização do trabalho didático na História da Educação:** Anais da VII Jornada do HISTEDBR. Campo Grande (MS): Editora Uniderp, 2007. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/jornada/jornada7/\\_GT1%20PDF/CONCEP%C7%C3O%20DE%20EDUCA%C7%C3O%20TECNOL%D3GICA%20NO%20BRASIL%20RESULTADO%20DE.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada7/_GT1%20PDF/CONCEP%C7%C3O%20DE%20EDUCA%C7%C3O%20TECNOL%D3GICA%20NO%20BRASIL%20RESULTADO%20DE.pdf). Acesso em: 02 abr. 2019.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Coordenação do trabalho pedagógico:** do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 12.ed. São Paulo: Libertad, 2009.

VEIGA, Ilma Passos A. **Projeto Político-Pedagógico:** novas trilhas para a escola. In: VEIGA, Ilma P. A.; FONSECA, Marília (orgs.). **As dimensões do projeto político-pedagógico: novos desafios para a escola.** Campinas: Papirus, 2001.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **O Conceito de Tecnologia.** São Paulo: Contraponto, 2005. v. 1.

WALSH, C. **Interculturalidad y (de)colonialidad:** perspectivas críticas y políticas. *Visão Global*, Joaçaba, v. 15, n. 1-2, p. 61-74, jan./dez. 2012. Disponível em: <http://www.compitecuador.org/wp-content/uploads/2017/09/Interculturaliad-y-decolonialidad.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2019.